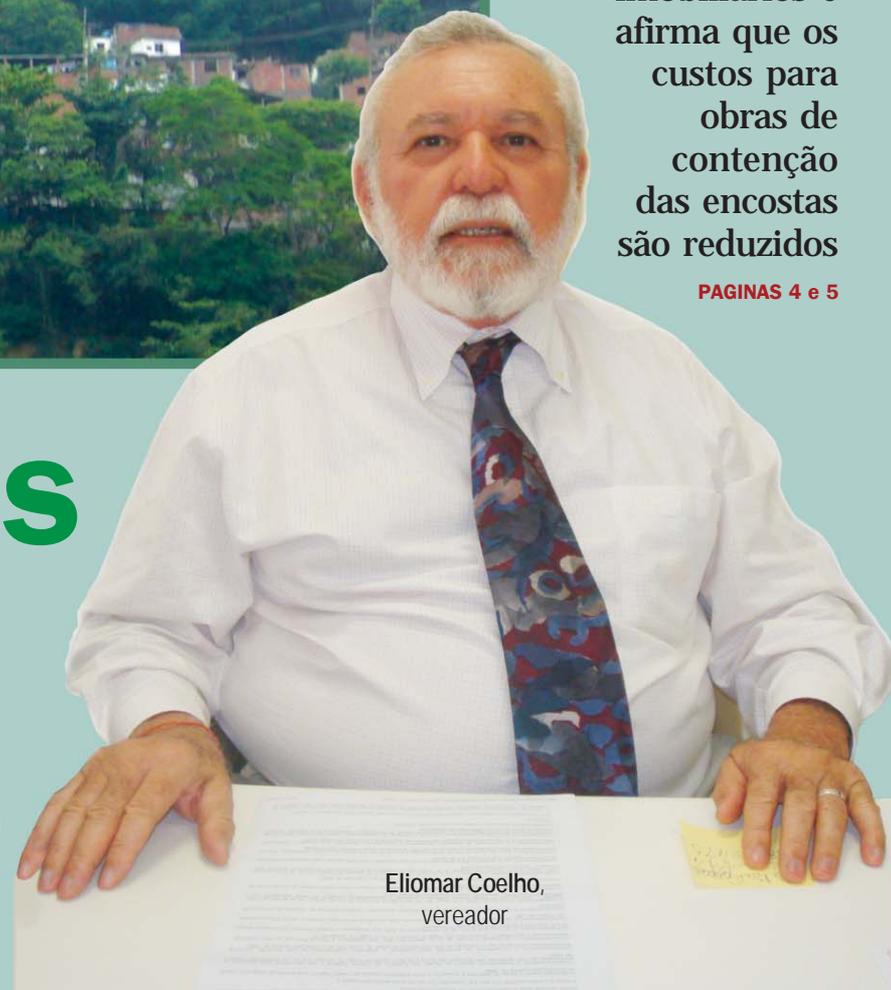


Emendas  
ao Plano Diretor  
pretendem obter  
mais ocupações  
nas encostas. O  
Vereador Eliomar  
Coelho garante que  
as propostas são  
fruto de interesses  
imobiliários e  
afirma que os  
custos para  
obras de  
contenção  
das encostas  
são reduzidos

PAGINAS 4 e 5

## Comunidades na mira da especulação imobiliária



Eliomar Coelho,  
vereador

Ricardo Gouveia,  
arquiteto e diretor  
executivo da  
Fundação Bento  
Rubião



## Por um governo com habitação de qualidade

Movimento por moradia digna discute a política de transição para o governo Dilma **Página 8**

## Receita para montar um bom Ministério

As dificuldades que a presidente Dilma Rousseff está encontrando para montar seu ministério decorrem em grande parte da ausência de conteúdo programático no sistema de alianças com os partidos da chamada base aliada. Como nada foi discutido previamente sobre a ocupação dos espaços de poder no governo e as alianças visavam somente encontrar as melhores formas de se aumentar o tempo de televisão dos candidatos a presidência, agora, cada partido quer maximizar seus espaços.

Na ausência de critérios, o PMDB, o maior partido da base, reivindica, no mínimo, a manutenção do número de Ministérios e os outros partidos menores, como o PSB, defendem o aumento de seus Ministérios. Nessa situação constrangedora, como fica o PT, partido do atual e da futura presidente? Mais uma vez cederá seus Ministérios para atender às necessidades desta “dança das cadeiras”?

Este problema bem que poderia ter outro encaminhamento. Como todos reconhecem, inclusive a própria presidente, que uma das reformas mais urgentes é a reforma política, a montagem do Ministério pode ser um momento privilegiado para se criar o clima favorável, para que esta reforma se concretize. Isto pode começar com um balanço crítico da atuação de todos os Ministérios no governo Lula e do papel desempenhado por cada partido.

Evidentemente, o preenchimento ou mudança nos Ministérios se faria com base nesta avaliação e da sua importância estratégica. Ministérios, como o das Cidades e o de Minas e Energia, jamais deveriam ser entregues meramente a “partidos”, seja ele qual for. O governo tem obrigação, pelos seus compromissos assumidos, de rever este tipo de “concessão” e que resultou num rotundo fracasso de expectativas e de realizações nesses dois ministérios.

## Necessidade de aumentar os investimentos e enfrentar as amarras da dívida

■ MARIA LUCIA FATTORELLI\* e RODRIGO ÁVILA\*

Muito se fala da necessidade de aumentar a destinação de recursos para investimentos públicos – investimentos de fato, em infra-estrutura, como a construção de escolas, hospitais, estradas e outras obras como saneamento e habitação. Diante disso, cabe perguntar:

Porque tal destinação é tão irrisória, se os investimentos constituem a base para o desenvolvimento do país, mediante a construção e recuperação de malha rodoviária e ferroviária; obras de saneamento (tão fundamental para a saúde geral da população e tão urgente, dado que mais da metade do povo brasileiro não tem acesso a esse serviço); obras para a geração de energia limpa, construção de escolas, hospitais, dentre tantas outras?

Porque a destinação de recursos para investimentos é tão baixa, se essa medida, além de contribuir para alavancar o desenvolvimento do país, geraria empregos e movimentaria grandes somas de recursos da economia real, contribuindo enormemente para a arrecadação de tributos e, conseqüentemente, para a melhoria das contas públicas?

O privilégio do pagamento dos juros da dívida pública brasileira é o cerne da resposta a essas perguntas. A dívida interna já ultrapassa a casa dos R\$ 2,3 trilhões e a externa US\$ 300 bilhões.

Os investimentos programados pelo Orçamento Geral da União para 2010 são de R\$ 69 bilhões, o que representa somente 5,5% do orçamento, enquanto os gastos previstos com o endividamento são de R\$ 331 bilhões. Observe-se que estes cálculos não consideraram a parcela dos gastos com a dívida correspondentes à “rolagem”, ou seja, a fatia das amortizações paga com a emissão de novos títulos.

Adicionalmente, passados mais de 10 meses do ano, em 17 de novembro de 2010, somente 22% dos R\$ 69 bilhões de investimentos foram efetivamente pagos, enquanto nada menos que 77% dos vultosos gastos com a dívida (R\$ 254 bilhões) já haviam sido religiosamente cumpridos. Traduzindo estes números, tem-se que no orçamento de 2010 os gastos com a dívida já representaram 17 vezes os investimentos.

Portanto, para que tais investimentos possam, de fato, aumentar, é necessário enfrentar o centro dos problemas nacionais: a Dívida Pública. Ou seja: está equivocada a principal idéia do governo recém eleito, de que seria necessário o corte de gastos sociais (chamados de “gastos correntes”, exceto juros) para tentar dobrar os investimentos. Na realidade, o gasto que deve ser reduzido é o gasto com a questionável dívida pública.

Outros investimentos importantes para o país também são

profundamente afetados pelo endividamento público, cabendo ressaltar a alardeada exploração do Pré-Sal e a capitalização da Petrobrás. No final de setembro de 2010, a União emitiu R\$ 74,8 bilhões em títulos da dívida interna para viabilizar a capitalização da Petrobrás, recebendo ações da empresa. Nessa operação, entrou também o BNDES, que recebeu parte dos títulos e das ações. De forma casada, a União vendeu à Petrobrás o direito de explorar petróleo do Pré-sal, recebendo, em pagamento, os títulos da dívida interna que haviam sido utilizados na capitalização. A Medida Provisória nº 505 autorizou um novo aumento na dívida interna e, na prática, cerca de R\$ 30 bilhões dos recursos obtidos pela União com a venda dos poços do pré-sal acabaram não sendo destinados para capitalizar a empresa, mas para o superávit primário.

A recente CPI da Dívida realizada na Câmara dos Deputados, em Brasília, que investigou o processo de endividamento brasileiro desde a década de 70, apurou que o principal componente da dívida pública brasileira – tanto interna quanto externa – são os elevados juros. Ou seja, a dívida brasileira é meramente financeira, sem contrapartida real em bens e serviços para o país.

Além dessa importante constatação, constou do Relatório Final da CPI: a dívida interna cresceu nos últimos anos para financiar a compra de dólares das reservas internacionais, com grande custo para as contas públicas; o Senado Federal renunciou a sua competência, pois permitiu emissões de títulos sem especificar suas características; falta de transparência na divulgação dos números da dívida, bem como falta de informações e documentos à CPI; o montante dos gastos com juros da dívida divulgado pelo governo é menor do que o efetivamente gasto. Isto porque os juros anunciados pelo governo se referem somente aos “juros reais”, ou seja, descontada a inflação. A outra parcela dos juros (ou seja, referente à atualização monetária da dívida) é contabilizada equivocadamente como “amortizações”.

Apesar do grave diagnóstico, contraditoriamente o Relatório Final não admitiu ter encontrado irregularidades no endividamento, não recomendou a auditoria da dívida (prevista na Constituição) e também não recomendou acionar o Ministério Público para o aprofundamento das investigações. Porém, a pressão de entidades da sociedade civil que acompanharam os trabalhos da CPI fez com que somente 1/3 dos 24 membros da CPI votassem a favor deste “Relatório-Pizza”, que foi aprovado pelo apertado placar de 8 a 5.

CONTINUA NA PAG. 3 ►



**PRESIDENTE**  
Olimpio Alves dos Santos

**DIRETORIA**  
Agamenon Rodrigues E. Oliveira, Antonio Carlos Soares Pereira, Antonio Gerson Ferreira de Carvalho, Carlos Alberto da Cruz, Clayton Guimarães do Vábo, Clovis Francisco do Nascimento Filho, Eduardo Ramos Duarte, Fernando de Carvalho Turino, Flávio Ribeiro Ramos, Francisco Parentes de Rezende Correa, Gunter de Moura Angelkorte, Jorge Antônio da Silva, Jorge Saraiva da Rocha, José Amaro Barcelos Lima, José Stelberto Porto Soares, Julio César Arruda de Carvalho, Luiz Antônio Cosenza, Lusia Maria de Oliveira, Marco Antônio Barbosa, Maria Virginia Martins Brandão, Miguel Santos Leite Sampaio, Paulo Cesar Nayfeld Granja, Paulo Cesar Quintanilha

**CONSELHO EDITORIAL**  
Agamenon Rodrigues Oliveira, Antonio Gerson de Carvalho, Clayton Guimarães do Vábo, Clovis Francisco Nascimento Filho, Flavio Ribeiro Ramos, José Stelberto Porto Soares, Miguel Santos Leite Sampaio e Olimpio Alves dos Santos

**CONSELHO FISCAL**  
Titulares: Nei Rodrigues Beserra, Paulino Cabral da Silva, Sergio Gomes dos Santos; Suplentes: Agostinho Guerreiro, Rubem Corvelo de Azeredo, Sonia da Costa Rodrigues.

SENGE-RJ – Av. Rio Branco, 277, 17º andar Rio de Janeiro – RJ – CEP: 20040-900  
Tel: (0 XX 21) 3505-0707 Fax: (0 XX 21) 3505-0733 Endereço: [www.sengerj.org.br](http://www.sengerj.org.br) Correio eletrônico: [sengerj@sengerj.org.br](mailto:sengerj@sengerj.org.br)

JORNAL DO  
**Engenheiro**

Edição: Júlia Gaspar  
(MTE 28.318/RJ)  
Diagramação: Leonardo Santos  
E-mail: [imprensa@sengerj.org.br](mailto:imprensa@sengerj.org.br)  
Tiragem: 5.500 exemplares  
Periodicidade: Mensal  
Impressão: Monitor Mercantil

# Indústria naval em alta

O Brasil está na retomada no cenário mundial de fornecedores navais. No entanto, a Vale do Rio Doce ainda encomenda navios no exterior

**A**pós dois adiamentos, em razão das eleições presidenciais, o Fundo de Marinha Mercante (FMM) prepara suas próximas reuniões. Em pauta: projetos no valor estimado de R\$ 8 bilhões, incluindo dois novos estaleiros: o OSX, do empresário Eike Batista, e outro dos grupos Alusa Queiróz, navios da Transpetro e navios de particulares, através do sistema denominado EBN, pelo qual a Petrobras fecha contratos de longo prazo com particulares que, tendo a garantia de pagamento da estatal, encomendam navios para fazer o serviço. O estaleiro OSX tanto poderá ficar em Santa Catarina como no Estado do Rio, e o da Alusa-Queiróz deverá ser instalado em Barra do Furado, no Norte Fluminense. No governo de FHC, as verbas do FMM eram parcialmente retidas no caixa único da União. O presidente Lula não só deixou o dinheiro no fundo, como emprestou R\$ 12 bilhões. E mais: está para ser anunciado o novo aporte para o histórico fundo, criado por JK, em 1958.

A propósito da nota acima, o presidente do Sindicato da Construção Naval (Sinaval), Ariovaldo Rocha, não se cansa de lembrar que, em 2002, os estaleiros contavam com menos de 2 mil empregados no País. Hoje, são 78 mil.

Fonte: Jornal do Comércio, Rio de Janeiro, 05 nov. 2010. Coluna Confidencial.



## Brasil, um importante fornecedor

“Com a ação política do governo Lula de reerguer a indústria naval brasileira e, agora, com a eleição da Dilma, que firmou o compromisso de continuar a avançar mais ainda, podemos voltar a enxergar a retomada do Brasil no cenário mundial de fornecedor de produtos navais, tanto para o mercado interno quanto para exportação, com isso, criando divisas internas, emprego e condição social para a população compatível com a

riqueza natural de nossa pátria. O SENGE-RJ tem papel importante também neste setor, pois temos participado intensamente das discussões, juntamente com outros sindicatos, no Fórum Intersindical Nacional da Indústria Naval e Petróleo, cobrando dos governos e da Petrobras a realização de novos projetos no território brasileiro.”

Júlio Arruda, diretor do SENGE-RJ

## Vale importa navios

“Apesar do esforço do Governo Federal, há muita dificuldade em efetivar com eficácia os projetos já lançados, pois o Promef 1 e 2 da Petrobrás/Transpetro ainda caminham com dificuldades, devido a uma série de fatores, dentre eles: a dificuldade dos estaleiros darem garantia ao BNDES, do elevado preço do aço nacional, da alta tributação interna que eleva em muito o custo nacional e da lentidão dos fabricantes responderem ao processo. O estaleiro RioNave (ex-Caneco), o Sermetal (ex-Ishibrás), por exemplo, ainda não entraram no jogo, efetivamente, como o Mauá, envolvido em escândalo, recentemente. Estes são uns dos maiores da boa era da indústria naval.

Como a Vale do Rio Doce não é mais do Governo Federal, não tem diretamente o compromisso com o desenvolvimento do país, e sim com o lucro, pois foi privatizada na sua época de maior mineradora do mundo. Então, busca no exterior a saída imediata para manter os seus cofres cheios.”



Júlio Arruda,  
diretor do  
SENGE-RJ

CONTINUAÇÃO DA PÁG. 2

A pressão das entidades também fez com que 8 deputados da CPI assinassem o “Voto em Separado” do Deputado Ivan Valente (PSOL/SP), que pede a auditoria da dívida e o encaminhamento ao Ministério Público de diversos indícios de ilegalidades apuradas, dentre eles, resumidamente: prática de juros sobre juros (anatocismo), considerada ilegal pelo STF; ilegalidade da elevação unilateral dos juros flutuantes na dívida externa, a partir de 1979, segundo a Convenção de Viena; ausência de contratos e documentos fundamentais; ausência de conciliação de cifras nas diversas negociações da dívida externa; cláusulas ilegítimas, ilegais e até inconstitucionais; ignorância ao valor de mercado da dívida; fortes indícios de ilegalidade na transferência de dívidas do setor público e privado para o Banco Central, a partir de 1983, bem como na conversão da dívida em bônus Brady, em 1994; ilegalidade do livre fluxo de capitais, que resultou no

crescimento exponencial da dívida interna, a partir do Plano Real; resgates antecipados da dívida externa brasileira com pagamento de ágio aos detentores dos títulos; a grande destinação dos recursos orçamentários para o pagamento da dívida viola os direitos humanos e sociais; conflito de interesses, comprovado por realizações de reuniões entre o Banco Central e representantes de bancos e outros rentistas para definir as previsões de inflação, que definem as taxas de juros.

O mencionado Voto em Separado já foi entregue ao Ministério Público, para que sejam aprofundadas as investigações e elaboradas das ações judiciais cabíveis.

A despeito das diversas ilicitudes apontadas pela CPI, o pagamento do serviço da dívida goza de imenso privilégio, face aos crescentes contingenciamentos efetuados para produzir o superávit primário. Além dos contingenciamentos, diversas outras fontes alimentam o pagamento dos juros e amortizações da dívida, principalmente os seguin-

tes: lucros das estatais (por isso é que elas se endividam para realizar investimentos, a exemplo da Petrobrás, apesar de altamente lucrativas, pois seus lucros não são destinados a reinvestimentos, mas para pagar dívida); lucro do Banco Central (quando há lucro, esse vai para pagar dívida; quando dá prejuízo, como em 2009 - de R\$ 147 bilhões - o Tesouro Nacional cobre com recursos decorrentes de excesso de arrecadação ou emissão de novos títulos da dívida); recebimento de juros e amortizações da questionável dívida dos estados e municípios com a União (todo sacrifício dos entes federados - cerca de 13% de sua receita - é destinado para o pagamento da dívida); emissão de novos títulos; as Medidas Provisórias 435 e 450 (Lei nº 11.803/2008, Art. 11, e Lei nº 11.943/2009, Art. 13) determinam que toda sobra de recursos orçamentários vinculados por lei a áreas sociais, que não chegaram a ser executados, podem ser destinados ao pagamento da dívida, ou seja, ao final do ano, há

uma “limpa geral” no caixa e os recursos vão para pagar juros e amortizações; o rendimento dos recursos da Conta Única do Tesouro, depositados no Banco Central.

Todo esse privilégio da dívida custa imenso sacrifício ao povo brasileiro, representado pela insuficiência de investimentos reais e ausência/insuficiência de serviços públicos, apesar da elevada carga tributária. Por isso deve ser realizada a auditoria prevista na Constituição Federal, que possibilitará o enfrentamento das amarras da dívida de forma soberana, como fez o Equador, onde foi realizada auditoria oficial da dívida, reduzindo-se o montante da mesma em 70%, o que está possibilitando multiplicar os recursos destinados a investimentos, construção de escolas, hospitais e outros passos no resgate da dívida social. Por isso lutamos.

\* MARIA LUCIA FATTORELLI - Coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida  
\* RODRIGO ÁVILA - Economista da Auditoria Cidadã da Dívida

# Interesses imobiliários ganham a vez de comunidades carentes

Emendas ao Plano Diretor enviadas à Câmara dos Vereadores para permitir mais ocupações nas encostas são fruto de interesses imobiliários. Em contrapartida, promessas em prol de cidadãos que moram em áreas de risco não são cumpridas e os custos para a execução de obras de contenção das encostas são reduzidos

**E**mendas ao Plano Diretor tentam permitir mais ocupações nas encostas da cidade do Rio de Janeiro. De acordo com o vereador Eliomar Coelho, o objetivo é favorecer os empreendedores imobiliários para a construção de condomínios de luxo. O vereador é contra e explica que a Mata Atlântica nas encostas do Rio de Janeiro têm uma função muito importante de reter as águas das fortes chuvas que acontecem na cidade.

Para Eliomar Coelho, é fundamental uma política de construção para contenção das nossas encostas. “Se as nossas encostas fossem contidas através de obras de engenharia, automaticamente, os morros do Rio de Janeiro não poderiam ser considerados áreas de risco”, afirma. Ele considera também que reassentamentos devem ser feitos em locais próximos de onde as pessoas moravam: “uma família que tem toda a vida constituída em um determinado local, se for reassentada longe, pode-se até inviabilizar a vida destas pessoas”.

O vereador denuncia também a redução de custos para a execução de obras para a contenção de encostas e tratamento das áreas de risco. Ele garante que as promessas da prefeitura da cidade aos desabrigados não foram cumpridas.

## ■ Redução de custos

“Desde 1996, os recursos da Geo-Rio para a execução de obras para a contenção de encostas e tratamento das áreas de risco vem sendo reduzidos. Em 1996, gastou-se 43,5 milhões de reais; em 2006 o valor gasto foi 7 milhões; em 2009 gastou-se 6,6 milhões;

em 2010 a previsão é de 8,5 milhões. Esta redução de valores consta do relatório de 2008, do Tribunal de Contas do Município.”

## ■ Promessas

“No dia 6 de abril de 2010, a cidade teve 6 horas de chuva, o que resultou em 4 mortes por soterramento no Morro do Boréu. No dia 7 de abril, foram 24 horas de chuvas, com mais de 100 mortes. No dia 8 de abril, o prefeito Eduardo Paes anunciou um pacote de 38 obras emergenciais para os próximos 6 meses, ou seja, tudo teria que ser concluído em outubro, mas até hoje nada foi realizado. Ele dizia que estava com 370 milhões de reais para a execução destas obras, distribuídos da seguinte forma: 270 milhões em reestruturação do Canal do Mangue; 70 milhões em contenção na Av. Niemaier, Serra da Grota Funda e estrada Grajaú – Jacarépaguá; 30 milhões em obras de drenagem na grande Tijuca, Jacarépaguá, Brás de Pina, Rocinha Fazenda Botafogo e Parque Columbia.

O prefeito disse também que faria a remoção de 1500 famílias do Morro dos Prazeres e Laboriô (Rocinha), afirmando que os moradores seriam reassentados em casas construídas pelo PAR (Programa de Arrendamento Residencial) que seriam transferidas para a Minha Casa Minha Vida. Mas isso não aconteceu. E disse que iria construir residências em Triagem, Realengo e no Centro. Quem não fosse contemplado com estas residências, receberia uma indenização igual a 40% superior ao valor do imóvel interditado. Disse que construiria um novo bairro para 13.600 desabrigados, em condomínios no



Benfica, com escolas, creches, piscina e clínica da família; 3.400 apartamentos de 42,6 metros quadrados. Já tinha até comprado o espaço para isso por 15 milhões, a prefeitura iria investir 200 milhões de reais e o Governo Federal mais 150 milhões de reais.”

## ■ Interesse imobiliário

“Existe, no Rio de Janeiro, um tipo de moradia que chamamos de moradia de subsistência, são pessoas simples que não têm condições de construir uma casa num lugar adequado, em termos de acessibilidade e garantias. Então, saem construindo nas encostas, onde podemos identificar comunidades instaladas em áreas de risco. Nós não somos favoráveis, de forma alguma, a termos moradias em áreas de risco. Mas as emendas solicitadas na Câmara para permitir construções nas encostas do Rio de Janeiro são investidas dos incorporadores imobiliários da cidade, que gostariam de ter projetos para a construção de condomínios de luxo nas nossas encostas. É um contra-senso, porque é Mata Atlântica e deve ser preservada pela biodiversidade presente.

Nas construções nas encostas do Rio de Janeiro, a primeira coisa a ser feita é a derrubada de nossas florestas. Nossas encostas ainda são florestadas pela Mata Atlântica e, para construir condomínios, é necessário fazer uma limpeza do terreno, o que significa a derrubada de várias árvores. Se as árvores são derrubadas, há o “encarecimento” dos nossos morros, tornando careca determinadas áreas. Mas sabemos que as florestas, a Mata Atlântica nas encostas do Rio de Janeiro têm uma



função muito importante, que é de reter as águas por ocasião das precipitações pluviométricas que acontecem na cidade. Quanto mais “encarecados” nosso morros estiverem, automaticamente, por conta das chuvas fortes, as águas batem no morro “encarecado” e chegam desastrosas aqui em baixo. Quem tem assistido às fortes chuvas sabe o inferno que fica a cidade. Esta é uma das razões pelas quais sou contra a construção de condomínios nas encostas do Rio de Janeiro. O que quero é que sejam reflorestadas áreas que, hoje em dia, encontram-se devastadas.”

### ■ Lei Orgânica do Município

“Na Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, que é a Constituição da nossa cidade, o artigo 429 dela deixa muito claro que, para aquelas pessoas identificadas como instaladas em áreas de risco, deverão ser providenciados os respectivos reassentamentos. Há alguns critérios para isto acontecer: parecer técnico afirmando que os moradores estão instalados em áreas de risco, com este parecer, o poder público começa a providenciar a remoção destas pessoas; o processo de remoção terá que contar com a participação efetiva da representação dos moradores instalados na área; o local para reassentamento destas pessoas deve ser próximo ao que elas vivem atualmente, pois algumas comunidades são consideradas áreas de risco, mas as pessoas estão lá a 30, 40 ou 50 anos, então uma família que tem toda a vida constituída em um determinado local, se for reassentada longe, pode-se até inviabilizar a vida destas pessoas.”

### ■ Política de Construção

“Hoje, há todo um movimento na cidade contra as remoções. Mas eu acho que temos que mudar o foco, temos que ser a favor do tratamento adequado às nossas encostas. O que nós temos que ter é uma política de construção para contenção das nossas encostas. Em paralelo, precisamos começar a mapear as pessoas instaladas nas áreas consideradas de risco. Quando existir este levantamento feito, além de um trabalho de contenção das nossas encostas, então já começaremos a superar os problemas da cidade do Rio de Janeiro. Se as nossas encostas fossem contidas através de obras de engenharia, automaticamente, poderíamos dizer que os morros do Rio de Janeiro não poderiam ser considerados áreas de risco. Mas é difícil isto acontecer. Por exemplo, no Morro dos Prazeres foi iniciado um trabalho de urbanização da favela, com verba do poder público. Na última fase do trabalho de urbanização da favela, que está implícito o trabalho de construção de contenção, o dinheiro desapareceu, teve uma destinação que até agora ninguém sabe para onde foi.”

### ■ Plano Diretor Decenal

“Eu tenho muita preocupação em relação às emendas contidas no projeto de revisão do Plano Diretor, para aprovação na Câmara dos Vereadores. Sou contra. Não deveria existir esta revisão desta maneira. Temos um Plano Diretor na cidade do Rio de Janeiro que é o Plano Diretor Decenal, de 1992, significa que, em 2002,

deveria ser feito outro Plano Diretor, porque 10 anos depois, a cidade já é outra.

O Plano Diretor é uma legislação, um conjunto de regras e normas que dão ao poder executivo todas as condições de promover o desenvolvimento da cidade de forma ordenada e criteriosa. Nas discussões transitórias deste Plano Diretor está descrito que todo o ano tem que se fazer uma avaliação dos instrumentos contidos nele que foram colocados em prática, até para promover os ajustes necessários. Cinco anos depois deveria acontecer uma revisão. E, 10 anos depois, como a cidade é outra, então precisasse de outro Plano Diretor. Este novo Plano Diretor começaria com um diagnóstico da cidade, se não há diagnóstico, não há sentido falar em Plano Diretor.

O diagnóstico é uma fotografia que se tira da realidade da cidade atual. Diagnósticos de levantamentos feitos em campo e em discussões que se realizam para saber como trabalhar a cidade. Como isso não foi feito, eles dizem que estão fazendo uma revisão do Plano Diretor da cidade do Rio de Janeiro de um Plano Diretor Decenal de 1992, que está defasado 18 anos. Isso não existe, é coisa para inglês ver, para sair na mídia, dizendo que, depois de tantos anos, estão entregando um Plano Diretor. É uma farsa que estão montando para venderem ilusões para a população da cidade do Rio de Janeiro, dizendo que ela está recebendo um Plano Diretor, quando, na verdade, não é isto o que está acontecendo. Nesta análise, aproveitaram várias brechas existentes no Plano Diretor para colocar propostas, emendas deste tipo, que permitem, inclusive, a construção nas nossas encostas.” ■



**As emendas solicitadas na Câmara para permitir construções nas encostas do Rio de Janeiro são investidas dos incorporadores imobiliários da cidade, que gostariam de ter projetos para a construção de condomínios de luxo nas nossas encostas**



### Desejo

Revelei-me inteiro de audácia e jeito,  
Para dizer-te o que já me consome,  
Falar desse amor que me invade o peito,  
Dessa ânsia louca que me deixa insone.

Já nem controlo mais a minha mente,  
Que se revelou rebelde e atrevida,  
De uma forma travessa e irreverente,  
Fez de ti uma constante em minha vida.

E nada mais percebo em meu caminho,  
Senão teu corpo esguio e provocante,  
Poder desfrutar desse teu carinho,  
É o desejo que nutro a cada instante.

### Gratifica-se bem a quem encontrar

Partiu sem nada dizer.  
Talvez por desgosto,  
Ou quem sabe, tristeza,  
Nem endereço deixou.  
Dos ofícios, dos lares,  
Das ruas, da mente,  
Há muito se fez ausente.  
Sem ser consumida,  
E por demais desprezada,  
Nem sequer despediu-se.  
"A pobre perdida é cega",  
Diz quem a conheceu na liça.  
Gratifica-se bem a quem encontrar;  
Ela chama-se JUSTIÇA!



• A coluna "Engenharia Cultural" é destinada a engenheiros que queiram publicar poesias, contos, crônicas, histórias de vida, ou mesmo fotos em alta resolução (300dpi) sobre a cidade ou de denúncia social. Para participar, envie sua colaboração para: [imprensa@sengerj.org.br](mailto:imprensa@sengerj.org.br)

### Desesperança

O que fazer do corpo,  
Quando a mente é morta.  
Se do curral da vida,  
Nada mais importa.

Então veio me dizer aquele irmão mais crente:  
Não se desespere, porque  
"A felicidade sempre bate à nossa porta".

Mas nessa desventura,  
Em que a vida nos lança,  
Torna-se bem mais fácil  
Perder toda esperança.

Porém insiste aquele irmão ainda crente:  
Não se desespere, porque  
"Quem espera sempre alcança".

Contudo para resistir ao tempo,  
Somente a fé não prevalece,  
Pois não escala os degraus da vida,  
Aquele que vive só de prece.

E disse-me aquele irmão já descrente:  
Curvei-me à desesperança, porque  
"Quem apanha nunca esquece".

• Poemas de **José Amaro Barcelos Lima**, engenheiro da Ampla e diretor do SENGE-RJ

## Vamos inaugurar uma nova página

O SENGE-RJ avança rumo ao uso intensivo da internet. Um de nossos principais canais de comunicação, a página na internet [www.sengerj.org.br](http://www.sengerj.org.br) está sendo alterada e uma nova página será inaugurada nos próximos dias. Além do visual mais moderno, vamos ter mais informações, com mais facilidades de acesso e de interação com os associados, inclusive com espaço destinado a pesquisas de opinião.

### Bolsa de Trabalho

A nova página na internet deverá também, a partir de março de 2011, adicio-

nar mais um serviço que o SENGE-RJ vai oferecer: a primeira Bolsa de Trabalho, exclusiva e gratuita, para profissionais e estudantes de engenharia.

Os profissionais e estudantes terão, na nova página, um local destacado, no qual poderão publicar seus currículos, buscando encontrar as melhores ofertas de trabalho. As empresas também poderão publicar as suas ofertas e encontrar os melhores profissionais que satisfaçam suas necessidades.

• Acesse nossa página: [www.sengerj.org.br](http://www.sengerj.org.br) e acompanhe as mudanças que estamos fazendo.

## Delegacia Sindical em Resende e Macaé

Continuam os trabalhos do SENGE-RJ para instalação da sua primeira Delegacia Sindical, no município de Resende. Enquanto isso, estão em andamento entendimentos com o Conselho Regional de Engenharia Arquitetura (CREA-RJ), que

poderão também permitir uma outra Delegacia Sindical em Macaé. Ambas as iniciativas foram previstas no Planejamento Estratégico do Sindicato que definiu a necessidade de ampliação e interiorização das atividades do SENGE-RJ.



**Siga o SENGE-RJ no Twitter!** – O SENGE-RJ está no Twitter, com o objetivo de divulgar informações do Sindicato, ações em prol da categoria e lutas por uma sociedade mais justa. Se você já tem uma conta no Twitter, vá em Find People, no menu superior da tela, digite @sengerj e nos encontre! Acesse: <http://twitter.com/sengerj>

# A venda de ações da Petrobrás

## O Estado brasileiro avança, mas ainda há muito por fazer

Os processos de cessão onerosa e aumento de capital da Petrobras S.A. se inserem no objetivo de tornar a empresa uma das maiores companhias integradas de energia do mundo e, principalmente, na estratégia definida pelo governo brasileiro para a exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural na província petrolífera denominada pré-sal, que vem confirmando ser, senão a maior, uma das maiores descobertas de petróleo e gás natural realizada no mundo, nos últimos 30 anos<sup>1</sup>.

A partir da constatação da importância desta descoberta, o governo federal decidiu encaminhar ao Congresso Nacional um projeto de legislação específica para regular a exploração das áreas do pré-sal que ainda não tinham sido leiloadas<sup>2</sup>, propondo a adoção de um novo sistema baseado na partilha<sup>3</sup> da produção, com a Petrobras atuando como operadora única, com a participação mínima de 30% em todos os blocos.

Para viabilizar o desafio de tornar a empresa uma das cinco maiores companhias de energia do mundo e operadora única no pré-sal, o que requer investimentos da ordem de US\$ 224 bilhões no período de 2010 a 2014, dos quais US\$ 31 bilhões apenas para o pré-sal, o Executivo Federal decidiu fortalecer a Petrobrás por meio de um processo duplo e concomitante de cessão

onerosa e aumento de capital.

Por meio do processo de cessão onerosa, a União repassou para a Petrobrás reservas provadas de petróleo e/ou equivalentes de 5 bilhões de barris, a um preço médio/barril de US\$ 8,51, perfazendo um valor total de US\$ 42,55 bilhões. O pagamento efetivo ficou para depois do fechamento do processo de aumento do Capital Social da empresa, por meio de oferta pública de ações. Cerca de 68% dos R\$ 120,3 bilhões obtidos com a venda das ações serão utilizados para pagar os 5 bilhões de barris de petróleo e/ou equivalentes.

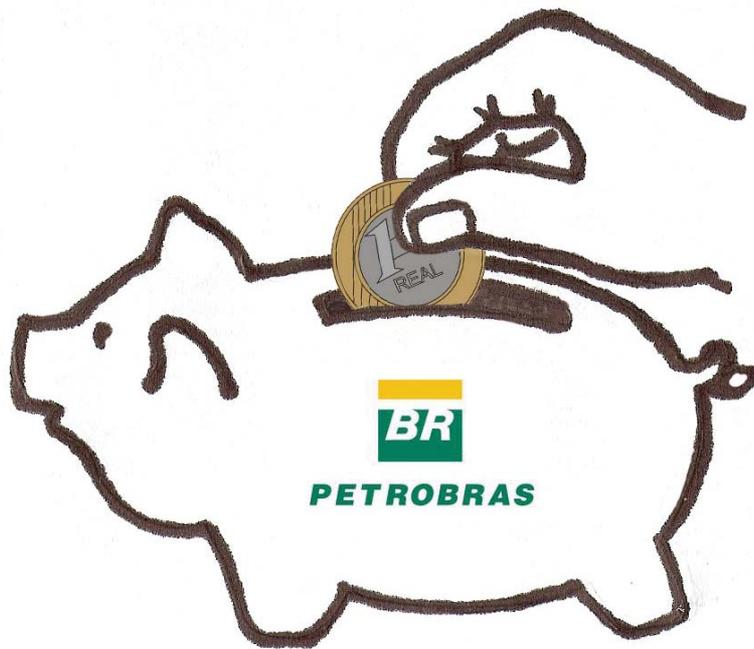
O aumento do capital social da

Petrobras implicou na emissão de 4,3 bilhões de novas ações, sendo 58% destas, ordinárias, com direito a voto nas assembléias, e os 42% restantes, de ações preferenciais. O valor final da operação somou, como dito, R\$ 120,3 bilhões. A maior oferta de ações já observada até então em nível internacional.

A participação da União no capital social da empresa (União Diretamente + BNDES + Fundo Soberano) somou R\$ 79 bilhões. Os demais acionistas (antigos e novos) injetaram outros R\$ 41 bilhões. Em termos percentuais, a participação da União (direta e indireta)

no total do capital social passou de 40% para 48% e nas ações ordinárias, de 57% para 64%.

O projeto dos movimentos sociais para a regulamentação da indústria do petróleo no Brasil prevê o fechamento do capital da empresa, com o governo passando a deter 100% do mesmo. Neste sentido, o processo de cessão onerosa e venda de ações ficou muito aquém da proposta apresentada pelos movimentos sociais, mas não se pode deixar de reconhecer que representou um passo a mais na direção do fortalecimento da empresa e de seu caráter público estratégico.



1) Estudos preliminares mais conservadores apontam reservas da ordem de 80 bilhões de barris. Os mais otimistas estimam em 200 bilhões. Mesmo tomando por base as estimativas mais conservadoras, o país passará a figurar na lista dos cinco países do mundo mais importantes em termos de reservas de petróleo e/ou gás natural do mundo.

2) Da área total da província, 112 mil quilômetros quadrados já foram leiloados e, portanto, estão sob o sistema de concessão 38 mil quilômetros quadrados. Estando ainda sob o controle da União 71 mil quilômetros quadrados, 68% da extensão total.

3) A adoção do Sistema de Partilha de Produção ainda depende de aprovação do Congresso Nacional. Para uma discussão sobre os diferentes sistemas que regulam a indústria de petróleo ver a Nota Técnica do Dieese n° 71, "As Recentes Descobertas de Petróleo e Gás Natural, o Marco Regulatório da Indústria do Petróleo no Brasil", de agosto de 2008.

**Engenheiro,  
exija  
seu direito!**

**SALÁRIO MÍNIMO PROFISSIONAL**

**LEI 4950-A/66**

**ART**

**GARANTIA PARA  
O ENGENHEIRO  
E A SOCIEDADE**

Engenheiro, ao preencher a sua Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) no campo referente ao Código de Entidade de Classe, anote o número 27. Desta forma você estará repassando 10% de sua ART para o Sindicato dos Engenheiros e estará contribuindo para que o Senge fortaleça a luta em defesa dos engenheiros e da engenharia nacional. Acesse a página eletrônica do sindicato ([www.sengerj.org.br](http://www.sengerj.org.br)) e conheça um pouco mais a sua entidade representativa.

# Movimento de moradia no governo Dilma

**O** SENGE-RJ realizou reunião, no dia 11 de novembro, para articular a participação do movimento de moradia, na transição para o governo Dilma. Estiveram presentes o arquiteto e diretor executivo da Fundação Bento Rubião, Ricardo Gouveia, movimentos sociais, sindicalistas, trabalhadores e interessados no tema. De acordo com Ricardo Gouveia, a política habitacional teve importantes conquistas, mas ainda precisa de avanços e aperfeiçoamentos. Ele afirma que representantes que integram o Fórum Nacional da Reforma Urbana, movimentos sociais, ONGs, entidades sindicais e deputados vão encaminhar um pedido de audiência com a equipe de transição do governo Dilma.

Ricardo Gouveia considera que é necessário aprimorar mecanismos do Minha Casa Minha Vida, para que, além de produzir casas, produza-se casas dentro das cidades, ou seja, com acesso a oportunidades de emprego, educação, transportes, saúde. Para o especialista, o PAC favelas, realizado pelo governo estadual, tem um déficit de participação e de controle social muito grande. “Tem-se priorizado, muitas vezes, componentes mais espetaculares, que alcançam mais a mídia, como um teleférico”, afirma.

## Qual postura deve ser tomada pelo movimento pela moradia digna na transição para o governo Dilma?

**RG** – Estamos construindo, desde a constituição de 88, o Fórum Nacional da Reforma Urbana, que tenta construir não apenas uma política nacional de desenvolvimento urbano, que inclui moradia, transportes, saneamento, como também uma institucionalidade para fazer esta gestão. Essa institucionalidade tem o espaço do Ministério das Cidades, que o Fórum sempre reivindicou que fosse criado. Foi o primeiro Ministério criado pelo governo Lula, em seu primeiro mandato, inclusive com toda uma estrutura de participação e controle social, através dos Conselhos das Cidades e das Conferências das Cidades. É um marco na política urbana brasileira a criação do Ministério que, pela primeira vez, reuniu, no Governo Federal, todos os componentes da política urbana, como habitação, transporte e saneamento.

Recursos foram alocados por esse governo em vários programas que têm impactos positivos e negativos relacionados à política urbana, principalmente o Minha Casa Minha Vida e o PAC. Então, é fundamental, na agenda do novo governo, não só manter o que se conquistou, como Ministério, Conselho, Confe-



Júlia Gaspar

**O diretor executivo da Fundação Bento Rubião, Ricardo Gouveia, considera que é necessário aprimorar mecanismos do Minha Casa Minha Vida**

rência, recurso, articulação das várias políticas, como também avançar, pois temos uma agenda pela frente.

## Como estão sendo feitas as reivindicações ao governo?

**RG** – Vários representantes que integram o Fórum Nacional da Reforma Urbana, movimentos sociais, ONGs, entidades sindicais, inclusive alguns deputados vão encaminhar um pedido de audiência com a equipe de transição. A nossa pauta, como sociedade civil, não é indicar nomes, mas esta audiência terá três aspectos: a manutenção da estrutura do Ministério das Cidades, com o atual desenho quanto à articulação da política de habitação, transportes e planejamento urbano; que a pessoa indicada seja comprometida com a pauta da Reforma Urbana no Brasil; e que a gente avance na agenda, por exemplo, com o Minha Casa Minha Vida, que foi um avanço do ponto de vista financeiro, por ter acolhido subsídios que há muito se reivindicava, para permitir que a moradia chegasse à população, principalmente na faixa de 0 a 3 salários mínimos. Mas existe

uma agenda a avançar para que essa produção habitacional tenha mais qualidade, principalmente em inserção urbana, próxima a transportes, oportunidades de empregos, educação, lazer e cultura.

## O que já foi feito é o suficiente para uma política urbana de qualidade?

**RG** – Há avanços inegáveis, como um Plano Nacional de Habitação; a aprovação do Sistema Nacional de Habitação e Interesse Social, que é um sistema que tenta reunir os entes da Federação e a sociedade civil, com controle e participação social, através dos Conselhos, dos Fundos Nacional, Estaduais e Municipais de Habitação. Também na área da moradia houve um aumento institucional grande; um aumento na questão do Plano Nacional, que foi bastante participativo e com várias inovações no campo do planejamento e da estruturação de programas de habitação; o Programa Minha Casa Minha Vida, que foi criado recentemente, com componentes importantes, como o do subsídio que permite que a moradia chegue à população mais pobre, de 0 a 3

salários mínimos. Mas há muito o que aperfeiçoar, tanto na política geral, quanto especificamente no Minha Casa Minha Vida, principalmente em relação à inserção desta posição. Temos assistido com preocupação que essa inserção, muitas vezes, tem sido na periferia das cidades, onde o preço da terra é mais barato e o setor produtivo afere maior lucro na produção dessas unidades. Então, há de se aprimorar um dos mecanismos do Minha Casa Minha Vida para que, além de se produzir casas, produza-se casas dentro das cidades, ou seja, com acesso a oportunidades de emprego, educação, transportes, saúde.

## O que o PAC definiu como prioridade, na sua opinião, foi a prioridade das comunidades?

**RG** – Como toda política que tenta se construir no âmbito do Conselho das Cidades, do Fórum Nacional da Reforma Urbana, a nossa meta é que seja uma política que articule não apenas os entes da Federação, como a sociedade civil organizada. Nos ambientes da Federação, nos quais essa participação é mais respeitada, tem-se avanços melhores. Em relação ao Rio de Janeiro, o PAC favelas, que é realizado pelo governo estadual, eu acho que há um déficit de participação e de controle social muito grande. A metodologia de intervenção nessas favelas, como Rocinha e Alemão, está muito aquém do que nós já temos de referência no próprio Rio de Janeiro. Tem-se priorizado, muitas vezes, componentes mais espetaculares, que alcançam mais a mídia, como um teleférico. A urbanização de favelas é um bordado, vai ser tão melhor quanto mais ela tiver detalhes, nos componentes de saneamento, transporte, equipamentos urbanos, como de políticas de distribuição de trabalho e renda, de políticas sociais. Um bom projeto de intervenção em favelas é um projeto que tem muitos componentes, muito bem desenhado e articulado.



**“É preciso que os territórios das favelas sejam retomados integralmente, com respeito a todas as leis, com todos os direitos. O estado não pode ficar na omissão”**

**RUBEM CORVETO**, ex-diretor do SENGE-RJ e militante em política urbana

“Não se trata de fazer apenas obras, negócios espetaculares, é preciso que seja uma intervenção integrada, cidadania completa, que faça a lei valer integralmente nos territórios. Qualquer coisa que não for isso, não é sustentável. Porque, hoje, o território é o da exclusão, onde não vale a lei. O que é favela? Um

lugar onde não vale a constituição, a lei. Não há direitos, não há deveres, não há nada. Um local onde chega-se a ter forças armadas ocupando territórios é inadmissível a longo prazo. E, para retomar isso, é preciso que seja retomado integralmente, virar cidade, com respeito a todas as leis, com todos os direitos,

com tudo. Não só em obras, mas em cidadania, nos direitos integrais, de todos os serviços, na presença do estado. Há nas favelas um outro governo, são governos paralelos que dominam territórios, bicheiros, traficantes, milícias, mas sempre um poder fora do estado. O estado não pode ficar na omissão.”